

**SÉCULO XIX
E A GRAMÁTICA DA PRIMEIRA INFÂNCIA**

Márcia Antonia Guedes Molina (Unisa/SP)
mmolina@unisa.br

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Sabemos que no final do século XIX ocorria no Brasil uma importante mudança em nossa política: o país passava do regime monárquico ao republicano. Com a república, instaurou-se uma crucial necessidade de apagamento do passado, já que a monarquia era vista por muitos como modelo de atraso, aculturação e dependência. A nova época pedia a modernidade em todos os setores, especialmente na escola, porque se entendia que povo escolarizado era sinônimo de *cidadão*, aquele que, por exemplo, podia eleger seu governante, uma vez que, na ocasião, somente os homens alfabetizados tinham o direito a voto. Além disso, muitas correntes filosóficas iluminavam o pensamento dos intelectuais brasileiros, como o Positivismo, de August Comte, e o evolucionismo, de Darwin e Spencer. Some-se a isso os primeiros estudos sobre psicologia, mostrando que a criança, diferentemente do compreendido até então, não era um adulto em miniatura, fato que exigiu a elaboração de material didático adequado a ela. É nesse momento histórico que se situa o trabalho. Pretende-se discorrer sobre uma gramática de língua portuguesa adotada no Brasil, na ocasião, destinadas à infância, a de J. C. Pinheiro, analisando sua constituição no tocante à morfologia e a sintaxe, para procurar compreender por que teria ela esse público específico.

Entendendo o estudo dessa obra como parte da história cultural, pretende-se observar de que forma foi pensada, compreendida e escrita. Objetiva-se não apenas historiar o passado, mas recuperá-lo, dialogando com o presente. Ao final da apresentação, mostraremos que, como a história não é um estudo do passado somente, mas uma disciplina que se debruça sobre os homens, as gramáticas surgidas na ocasião, como feitas por e para homens, acabaram por retratar o período em que foram dadas a ler: momento conturbado, de muitas transformações e instabilidade. Apesar disso, o que temos hoje em termos gramaticais é fruto da capacidade de reflexão e observação

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04

daqueles pensadores que travaram um constante e profundo diálogo tanto com o seu tempo, quanto com o passado (FÁVERO e MOLINA, 2006, p. 195), pois, como diz Bakhtin (1992, p. 100):

Um enunciado vivo, significativamente surgido em um momento histórico e em um meio social determinado, não pode deixar de tocar em milhares de fios dialógicos vivos, tecidos pela consciência socioideológica em torno do objeto de tal enunciado e de participar ativamente do diálogo social. Do resto, é dele que o enunciado saiu: ele é como sua continuação, sua própria réplica.

A análise é iluminada pela História das Ideias Linguísticas no Brasil.

1. Gramática da infância¹⁴ - J. C. Fernandes Pinheiro

1.1. Dados sobre o autor

O cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro (1825-1876) lecionou retórica, poética e literatura nacional no Colégio de Pedro II, foi comendador da Ordem de Cristo e membro de institutos históricos do Brasil e da França, da Academia das Ciências de Lisboa e de Madri e da Sociedade Geográfica de Nova Iorque. Polígrafo de compêndios, escreveu, principalmente: *Catecismo da Doutrina Cristã* (1855), *Episódios da História Pátria Contados à Infância* (1860), *Curso Elementar de Literatura Nacional* (1862), *Meandro Poético* (1864), *História Sagrada Ilustrada* (s/d), *Gramática Teórica e Prática da Língua Portuguesa* (com oito edições) e a obra em questão, como veremos a seguir:

1.2. A obra

1.2.1. Visão geral

A *Gramática da Infância*, produzida em 1864 e com, pelo menos, quatro edições¹⁵, é uma pequena gramática com 127 páginas, reunindo um “Aos leitores”, em que o autor explicita que a única

¹⁴ Procedemos à atualização ortográfica para facilitar à leitura.

¹⁵ O exemplar estudado é da quarta edição.

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04

coisa que tem feito na obra por si (lembremo-nos que se trata de um compêndio) é o método, já que, afirma, ter procurado *simplificar as regras gramaticais*. Expressa que espera que sua inovação seja sancionada pela experiência e diz que seu método procura aliar teoria e prática, confiando muito mais nisso do que *n'esses arrojados de memória com que alguns preceptores pretendem iludir os incautos*. (p.1). Segue, a guisa de prefácio, uma peculiar análise do Dr. A. de Castro Lopes (professor da Escola Politécnica) acerca da obra. Nesse, A. de Castro principia discorrendo sobre sua importância e das pessoas que se dedicam às letras:

Com efeito, muito pendor, muita dedicação devem ter esses que no Brasil em uma época de mercantilismo, e a despeito da grita atordoadora com que nos salões de suas orgias a política, nova Mesalina, estraga e corrompe uma mocidade talentosa, ousam ainda compor livros, escrever compêndios, e curar da instrução pública. (p.8)

Faz uma digressão nesse momento para criticar subliminarmente a sociedade, em especial, aqueles que se dedicam à política, mas que nada fazem à educação:

É que esse santo fogo que os anima, e que para arrefecê-lo bastava a indiferença dos governos e a inveja de espíritos tacanhos, acha elementos para seu incremento naquele ILUSTRE BRASILEIRO¹⁶, que ama sinceramente as letras e protege seus sacerdotes.

Voltando a tratar da obra, destaca a importância de uma dirigida à infância, afirmando

ser repugnante ver meninos e meninas de 7,8 ou 9 anos, estudando tratados gramaticais da língua portuguesa, e carregando inutilmente a cabeça de um acervo ingente de definições metafísicas, que, ingeridas facilmente pela memória voraz da criança, são expelidas pela língua sem jamais se poder fazer a digestão cerebral. (p. 9)

Lembremo-nos aqui de que a criança começava a ser compreendida então como criança, deixando de ser vista como adulto em miniatura.

E A. Castro continua apontando:

Cumprir que o menino aprenda gramática: mas a gramática que deve ser ensinada ao menino não é a mesma que deve aprender o adulto, o que

¹⁶ Quer nos parecer que essa é uma forma irônica de ele se referir a D. Pedro II.

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, N° 04

já tem a inteligência desenvolvida pela idade, e mais ou menos enriquecida pelos variados conhecimentos adquiridos.

A sagacidade desse crítico pareceu-nos imensa. Quando nem se cogitava sobre a importância dos conhecimentos de mundo na compreensão da leitura, fazia ele uma afirmação dessa monta.

Depois dessa visão geral, vai, parte a parte, analisando a obra do Cônego, afirmando aqui e ali que "cada lição contém um pequeno número de regras, as principais e indispensáveis, relativas ao objeto da mesma lição marcadas com um algarismo".¹⁷

Continua suas palavras especificando que se sentia feliz sempre que via em "obras elementares realizado o princípio de Jacotot com tão feliz artifício aplicado pelo grande Robertson".

J. Jacotot (1770-1840) foi filósofo, matemático, advogado e professor francês criador do método da "emancipação intelectual", baseado em três princípios:

- a) todos os homens têm inteligência igual;
- b) todo homem recebe de Deus a faculdade de ser capaz de instruir-se;
- c) tudo está em tudo.

Afirmava Jacotot que o que diferencia os homens é o modo como cada um usa sua inteligência. No que concerne à linguagem, por exemplo, dizia que se deveria oferecer ao estudante uma passagem de poucas linhas, encorajando o aluno a estudar primeiramente as palavras, depois as letras, então a gramática, depois o significado, para depois partir para a literatura de um modo geral. Esse seu método está exposto em *Enseignement universel, langue maternelle* (Louvain and Dijon, 1823) e no *Journal de l'emancipation intellectuelle* (Achille Guillard, Paris, 1860).

Parece-nos que, realmente, a tentativa do Cônego foi esta: a de que a criança aprendesse uma coisa de cada vez, então, ao final de cada capítulo, para fixação, apresentava um questionário com per-

¹⁷ Veremos adiante que, ao final de cada tópico gramatical, o autor insere um questionário e exercícios. No primeiro o aluno deveria inserir o número da regra citada acima.

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04

guntas relativas ao conteúdo, cujas respostas deveriam ser localizadas na exposição gramatical e meramente copiadas *ipsis litteris*, revelando a importância dada na ocasião à memorização do conteúdo. A impressão que se tem é que, para os professores, valia resposta mecânica, sem uma reflexão sobre o assunto. Lembremo-nos de que esse era o método escolástico, “tradicional” que atravessou séculos nas aulas de gramática.

Apesar disso, ao final de cada tópico gramatical uma grande lista de exercícios, objetivando a retenção do conteúdo, era oferecida aos alunos, talvez também seguindo os ditames de Robertson, cujo método era similar ao de Jacotot, mas aplicado ao aprendizado de uma segunda língua. Esse modelo estimulava o aprendizado na prática, através de atividades, por isso, a cada conteúdo gramatical ensinado uma lista de exercícios era apresentada, cujo tamanho foi crescendo ao longo da obra.

Sobre isso se refere o professor da escola politécnica:

Os exercícios são excelentes: abundantes de exemplos, em que se verificam as regras pouco antes expressas, além da *utilidade prática para o fim gramatical*, encerram a vantagem de versarem sobre variados assuntos, como sejam: história sagrada, história e geografia geral, e *principalmente as do país* (p. 12 – Grifos nossos)

Lembremo-nos de que na ocasião do surgimento desse compêndio, há pouco as obras adotadas deixaram de ser importadas da Europa e, praticamente na mesma ocasião, começaram a ser ensinados História e Geografia de nossa pátria e a gramática nacional.

Continuando a discorrer sobre a obra, afirma o professor:

De uma atraente amenidade, e adequados a ambos os sexos, há nesses exercícios sentenças, máximas, reflexões, apogemas, em suma, posições, já do próprio autor, já de clássicos portugueses como Vieira, Camões, Bernardim Ribeiro etc. as quais contendo verdades e doutrinas interessantes, é de toda a utilidade implantar no ânimo tenro das crianças. (p. 12)

Como já se falou, a escola era para meninos (e brancos) e as poucas mulheres que frequentavam o ambiente escolar só chegavam às primeiras letras.

Vê-se também que o autor ressalta a formação do caráter, papel, como vimos, também delegado à escola.

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04

Depois, continuando o prefácio, elogia as modificações introduzidas pelo autor na questão de verbo¹⁸ e nas "cerebrinas classificações de conjunções copulativas e disjuntivas e a introdução de um novo modo verbal: o modo condicional".¹⁹

Conclui seu prefácio dizendo que a obra apresentaria, no geral, a doutrina admitida e o que teria de mais importante era o fato de ter sido escrita em "estilo e frase a alcance das inteligências infantis, para as quais foi expressamente destinada". (p. 14).

Para finalizar a discussão acerca desse prefácio, faz-se importante sublinhar que, ao lê-lo, criamos a expectativa de que estaríamos à frente de uma obra bastante diferenciada das demais, mas, como verão não foi isso que aconteceu. É ela também uma seguidora das obras de orientação clássica. Passemos, então, à análise.

O autor inicia discorrendo sobre o conceito de gramática, para quem ela "é uma arte que ensina a declarar bem os nossos pensamentos por meio de palavras". (p. 15), dividindo-as em quatro partes, que constituirão as partes da obra.

A definição de *gramática* como *arte* remonta à Antiguidade Clássica, Fávero (2001, p. 61) ensina:

Ars é tradução do grego. Aristóteles na Metafísica atribui ao termo o sentido de ofício, habilidade para se fazer algo, artesão é o que possui essa habilidade e conhece as coisas pelos efeitos, não pelas causas. Dionísio²⁰ chamou sua obra de arte gramatical, por não ser ela especulativa e não prática. (...) A gramática, a retórica, a poética, a lógica, a geometria, a aritmética e a astronomia são artes; a matemática e a física não o são, pois seu objeto é o necessário e elas não são instrumentais. (...)

E, de acordo com a autora, essas sete artes (as praticadas por homens livres, por isso *Artes Liberales*) constituíram o *curriculum* escolar durante séculos.²¹

¹⁸ As quais, pouco notamos, como verão.

¹⁹ Aqui o autor inseria o Futuro de Pretérito e o Imperfeito do Subjuntivo.

²⁰ "Dionísio o Trácio foi o verdadeiro organizador da arte da gramática na Antiguidade" (NEVES, 1987, p. 155). Ou seja, primeiro gramático grego.

²¹ Muitas dessas disciplinas foram lecionadas por anos sucessivos no Colégio de Pedro II.

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04

Essa definição atravessou séculos²². Nas gramáticas do século anterior, como a *Gramática Filosófica*, de Soares Barbosa (escrita século XVIII e com a 2ª edição datada de 1830): VIII pode-se ler: "A Gramática pois, que não é outra coisa, segundo temos visto, senão a Arte, que ensina a pronunciar, escrever e falar *corretamente* qualquer língua (...)".

Continuando, Fernandes Pinheiro, nas pegadas das obras do século XVIII e essas ancoradas nas da Idade Média, divide a gramática em quatro partes: etimologia, sintaxe, prosódia e ortografia: "A divisão em quatro partes, a mesma que se encontra nos gramáticos do século anterior, Reis Lobato e Soares Barbosa [século XVIII] é herança da Idade Média (talvez Prisciano (...))" (FÁVERO, *op. cit.*, p. 65).

Isso se deve, possivelmente à sua bagagem cultural. Já vimos que nasceu no século XVIII. Educado, possivelmente, por religiosos, recebeu formação clássica e chegou, inclusive, a lecionar, além de gramática, filosofia.

Prosseguindo, por *etimologia* compreende a parte que ensina a natureza das palavras e suas propriedades; por *sintaxe*, a parte que ensina a coordenar com acerto a oração; por *prosódia*, a que ensina a boa pronúncia das palavras; e por *ortografia*, a que ensina a escrever sem *erros* e empregar com *acerto* os sinais de pontuação. Chamamos atenção para o fato de que, na época, o caráter prescritivo da gramática era o único que havia, ou seja, sua função social era ensinar a falar, como dizia Nebrija (1492), de acordo com os nobres:

Quando bien comigo pienso, mui esclarecida Reina, e pongo delante los ojos el antigüedad de todas las cosas que para nuestra recordación e memoria quedaron escritas, una cosa hallo e saco por conclusión mui certa: que siempre la lengua fue compañera del imperio (p. 6, edição de 1946)

Seguindo ainda a tradição greco-latina, o autor define oração como a reunião "de palavras com que enunciamos qualquer juízo". (p. 16).

²² Tendo sido abandonada somente no final do século XIX, com o desenvolvimento das ciências em geral e das ciências da linguagem, em especial.

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, N° 04

Explica que as palavras que compõem a oração podem ser de dez espécies: substantivo, artigo, adjetivo, pronome, verbo, particípio, preposição, advérbio, conjunção e interjeição. Atentamos aqui para dois fatos relevantes: de um lado, a proposta de inscrever as classes de palavras em dez categorias remete-nos às dez categorias de pensamento sugeridas por Aristóteles, na *Metafísica*; de outro, revela modernidade já que as obras do século XVIII, amparadas no modelo latino, desconsideravam o artigo e adjetivo e/ou pronome chegando a oito classes. Notemos que ele já os considera como classes gramaticais distintas do nome substantivo, como o fizera anteriormente o Prof. Coruja²³, autor em que parece estar bastante calcado.

1.2.2. Das partes da gramática

Na primeira parte de sua obra, *etimologia*, chama-nos atenção, primeiramente, o fato de o autor inscrever na classificação dos substantivos comuns, o aumentativo e o diminutivo, revelando não ter muita clareza acerca de flexões (ou derivações). Depois, causou-nos espécie o fato de inscrever alguns pronomes tanto em adjetivos, quanto em pronomes, explicitando:

Os pronomes demonstrativos, possessivos, relativos e indefinidos podem ser também adjetivos; e a única diferença que entre eles existe é que quando são adjetivos vêm sempre acompanhados do nome substantivo, e quando são pronomes aparecem sós na oração, ou referindo-se a um nome substantivado oculto (...) (p. 35)

Mas especial destaque foi dado por ele ao verbo. O autor assim define esta classe de palavra: "Verbo é a palavra que exprime a ação, e serve para ligar o sujeito ao atributo" (p. 56). Acredita serem quatro as conjugações verbais e, como hoje, quatro os auxiliares: ser, estar, ter e haver.

Para ele os modos verbais, como elogiado pelo professor da escola politécnica, são cinco: infinito, indicativo, condicional, imperativo e conjuntivo, posição diferente das de seus contemporâneos.

Depois de apresentar a conjugação das terminações verbais (-ar, -er, -ir e -or), traz muitas informações a respeito de variações fo-

²³ Compêndio de Gramática da Língua Nacional.

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04

néticas notadas em diversas formas verbais, como as dos terminados em *-car*, *-ficar* (*fico*, *fique*), *-cer* (conheço, conhece); *-gir* (exigir, exijo), revelando especial acuidade gramatical.

Segue a conjugação de diversos verbos irregulares, como *dar*, *estar*, *crer*, *dizer*, *fazer*, *poder*, etc. com a indicação, quando é o caso, de quais são seus derivados, ou seja, que os seguem. O verbo *pôr* é conjugado separadamente sem quaisquer comentários especiais, apenas com a relação das formas que de si foram derivadas.

A discussão da classe de *verbos* (que ocupa 56 das 122 páginas, portanto a maior da gramática) é finalizada com um número bastante grande de exercícios, quando o autor começa a tratar dos *participios*.

Outra classe de palavra cujo estudo deve ser valorizado aqui é o das conjunções. Para o autor, essa "é uma palavra invariável que serve para ligar palavras e orações" (p.97), trazendo somente a classificação das que julga principais: copulativas, disjuntivas, condicionais, causais, declarativas, conclusivas e adversativas.

Talvez resida aí outro fato que justifique ele ter chamado a obra de *Gramática para a Infância*, ou seja, preferiu relacionar somente as conjunções mais usadas, ao invés de fornecer uma grande relação delas.

A segunda parte de sua obra, que compreende a SINTAXE, rompe, algumas vezes, com o postulado por suas antecessoras, do século anterior.

Inicia definindo oração ou período, informando "é a maneira de exprimir qualquer ideia, ou de comunicar aos outros os nossos pensamentos sobre qualquer coisa". (p. 103). Depois, afirma que ela (a oração) compõe-se de três partes: sujeito, verbo e atributo, contrariando os preceitos da gramática logicista, como, por exemplo, a de Port-Royal, onde se lê:

(...) como quando digo: A terra é redonda contém necessariamente dois termos: um chamado sujeito, que é aquele de que se afirma, como *terra*; e outro chamado atributo, que é o que se afirma, como *redonda*, além disso, a ligação entre esses dois termos, que é propriamente a ação de nosso espírito, que afirma o atributo do sujeito. (ARNAULD e LANCELOT, trad. de Bruno Fregni Bassetto, 1992, p. 85)

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04

Por outro lado, nesta parte da obra, comungando novamente com os preceitos de gramática como arte de falar e escrever bem, traz sintaxe de regência, concordância e construção, seguindo as demais gramáticas de orientação filosófica, como, por exemplo, a de Soares Barbosa (1822). Finaliza o capítulo com *sintaxe figurada*, estudando as principais figuras de sintaxe.

A terceira e quarta parte da obra que tratam da prosódia e da ortografia, não são objeto de nossa análise.

Importa também especificar que o autor aproveita os exemplos e exercícios para, por meio deles, exercer outro importante papel que cabia à escola, tão divulgado na época, ou seja, além de ensinar, deveria ela também educar, inculcando nos jovens valores morais.

(...) no período em questão, houve entrosamento acentuado entre a vida intelectual e as preocupações político-sociais. As diretrizes respectivas – conforme as entreviam os nossos homens de então nos modelos franceses e ingleses – se harmonizavam pela confiança na força da razão, considerada tanto como instrumento de ordenação do mundo, quanto como modelo de certa arte clássica, abstrata e universal. A isto se juntavam: 1) o culto da natureza, (...) 2) o desejo de investigar o mundo (...)3) finalmente, a aspiração à verdade, como descoberta intelectual, como fidelidade consciente ao natural, como sentimento de justiça na sociedade. (CANDIDO, 2000, p. 89)

Assim, deparamo-nos, em cada rol de exercícios, ao final dos tópicos gramaticais, com asserções como as abaixo:

É de nosso dever socorrer os pobres. (p. 29)

Jesus Cristo, Senhor Nosso, morreu para nos salvar (p. 29)

Leve e suave é a obrigação de obedecermos a nossos pais (p. 31)

Seus dias eram contados por suas virtudes (p. 35)

Ter juízo é a maior de todas as riquezas. (p. 45)

Como pudemos perceber, a leitura dessa obra fez-nos perceber como o homem percebia o mundo, como o representava e era representado por ele.

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, N° 04

2. Considerações finais

Terminada a análise da obra, julgamos importante relembrar os objetivos desse trabalho: analisar linguisticamente uma gramática dirigida à primeira infância utilizada no Brasil no século XIX, a de J. C. Pinheiro, por professores particulares, ou por aqueles empregados no chamado Curso Elementar ou Curso Primário, estudando sua partição e conteúdo (disposição, redação e abrangência).

Pode-se dizer, de maneira geral, que a gramática estudada apresenta algumas diferenças das de Curso Superior. Primeiramente, apresentou o conteúdo aos poucos, gradualmente, como também a quantidade de exercícios, seguindo o modelo de Jacotot. Depois, apresentou, por exemplo, somente as conjunções que julgava ser de extrema relevância, ou seja, aquelas que hoje compreendemos como coordenativas.

Sublinhamos também que os livros para criança, na época, apesar de apontarem a necessidade de serem para elas direcionados, poucas coisas traziam de diferente. Portanto, J. C. Pinheiro foi bastante inovador.

Notamos que o compêndio servia ao mesmo tempo para ensinar a ler e escrever corretamente nosso idioma e para auxiliar o professor na formação do caráter do educando, inculcando-lhe valores e bons hábitos.

Isto quer dizer que:

Toda obra está ancorada nas práticas e nas instituições do mundo social (...), mas o essencial encontra-se em outra parte, nas relações complexas, sutis, móveis, enlaçadas às formas mesmas das obras (sejam elas simbólicas ou materiais) desigualmente abertas às apropriações, aos costumes e inquietações dos seus diferentes públicos. (CHARTIER, 1998, p. 9 e 10)

Resta-nos dizer que o nosso empenho foi, então, o de pegar os fios da História, atar com os do Social e descobrir a trama linguística enredada...

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARNAULD & LANCELOT *Gramática de Port-Royal*: gramática geral e razoada. Tradução de Bruno F. Bassetto e Henrique G. Mura-chco. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BAHTIN, Mikhail M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

CÂNDIDO, A. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Publifolha, 2000.

CHARTIER, R. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Tradução de Mary Del Priore. Brasília: UnB, 1998.

CORUJA. *Compêndio de gramática da língua nacional*. 2. ed. Rio de Janeiro: Tipografia Esperança, 1875.

FÁVERO, L. L. *As concepções linguísticas no século XVIII – A gramática portuguesa*. Campinas: Unicamp, 1996

_____. Gramática é a arte.... In: _____. *História das ideias linguísticas, construção do saber metalinguístico e da constituição da língua nacional*. Cuiabá: Unemat, 2001.

FIGUEIREDO, C. *Gramática das crianças*. 1. ed. Lisboa: Clássica, 1918.

MOLINA, M. A. G. *Um estudo descritivo-analítico da Gramática Expositiva (Curso Superior) de Eduardo Carlos Pereira*. Tese de Doutorado. USP, São Paulo, 2004.

NEBRIJA, E. A. *Gramática castellana*. 6. ed. Madrid: Fundación Antonio de Nebrija, 1946.

ORLANDI, E.P. & GUIMARÃES, E. Identidade linguística. In: _____. *Língua e cidadania*. Campinas: Pontes, 1996.

PINHEIRO, J. C. F. *Grammatica da infancia*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1864.

ROBIN & BERGEAUD. *Le français par le méthode directe*. Premier livre. Paris: Librairie Hachette, 1941.